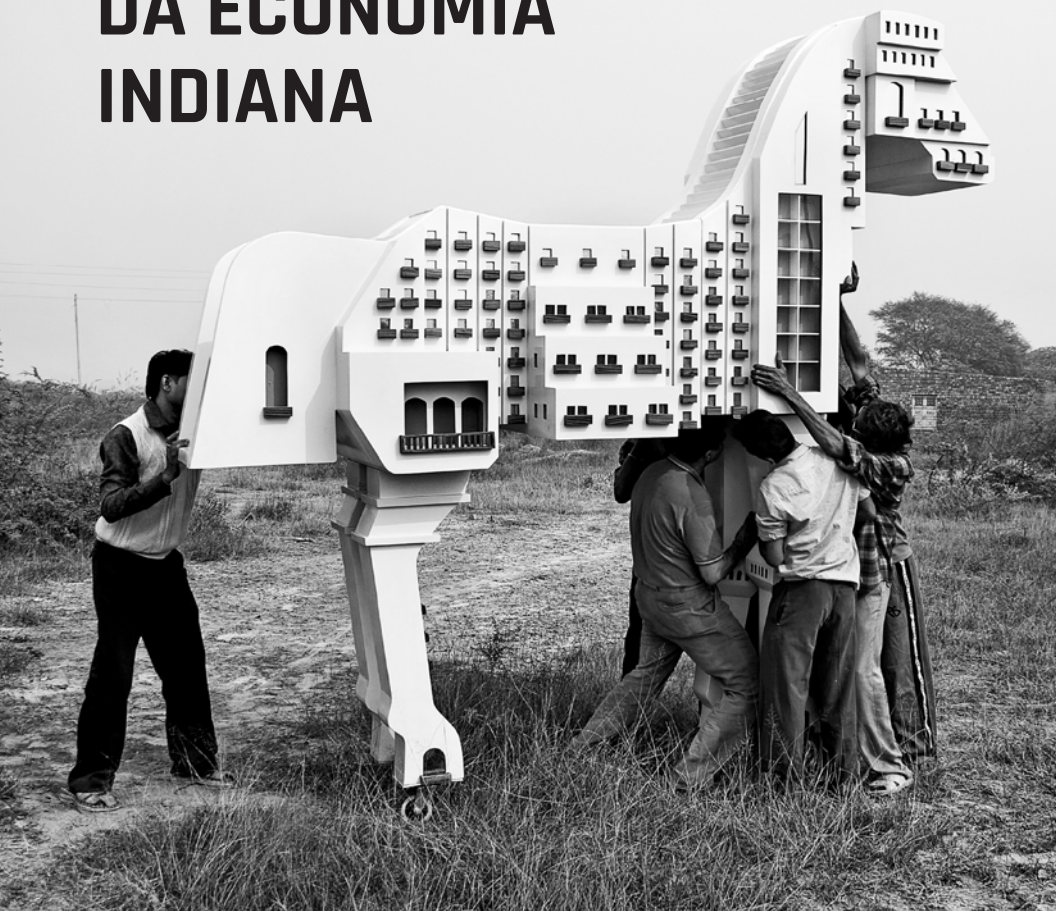


# A TURBULÊNCIA DA ECONOMIA INDIANA



Dossiê n° 96  
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Janeiro de 2026

Este dossiê apresenta obras do artista indiano Gigi Scaria. Por meio de uma ampla gama de suportes – pintura, fotografia, instalação, escultura e vídeo – o trabalho de Scaria reflete as transformações urbanas e rurais em curso na Índia e seu impacto nas classes sociais e em outras camadas da sociedade. As esculturas e instalações apresentadas servem como memórias à experiência vivida pelo povo indiano em meio às contradições, à crescente desigualdade e às aspirações não realizadas, frutos do subdesenvolvimento do país.

**CAPA**

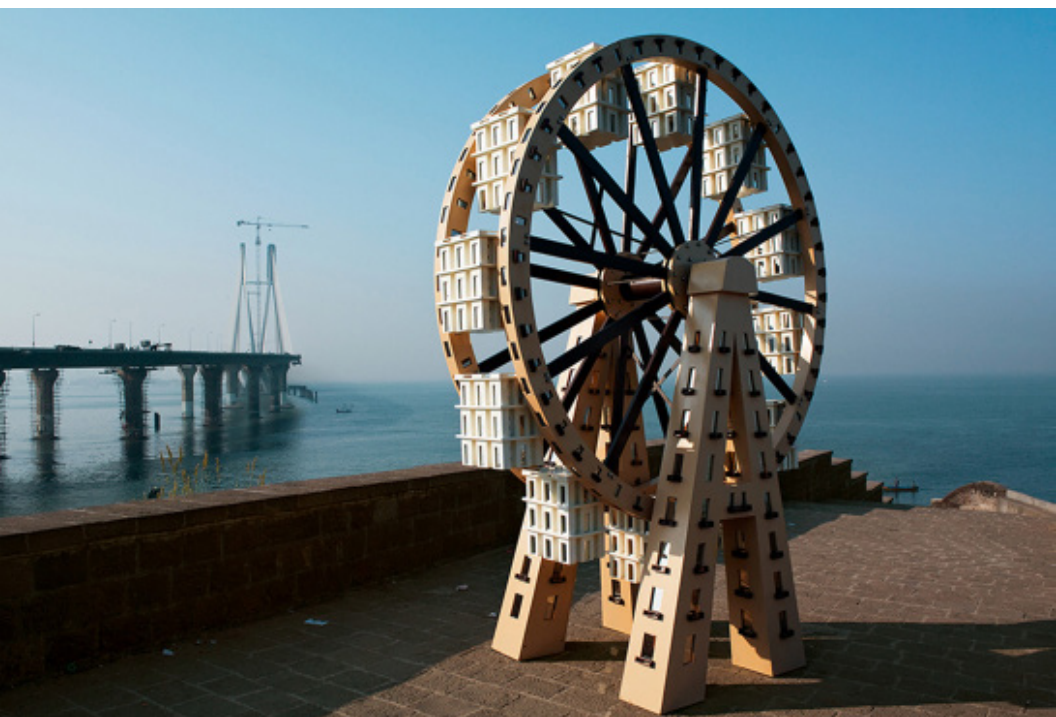
---

Gigi Scaria, *Someone Left a Horse on the Shore* [Alguém deixou um cavalo na orla], 2007.

# A TURBULÊNCIA DA ECONOMIA INDIANA



Dossiê nº 96 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Janeiro de 2026



Gigi Scaria, *Wheel (Roda)*, 2009.

## Introdução

A ordem econômica global está em transformação e a globalização vive em uma crise prolongada. Na década de 1990, o capital ocidental sob a hegemonia dos EUA promoveu a liberalização do comércio e a disseminação de cadeias de suprimentos globais que exploravam as diferenças de custo de mão de obra entre o Sul e o Norte Global. Agora, esses mesmos processos antes promovidos estão sendo minados pela mesma hegemonia, sob a liderança do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para reverter a consequência não intencional da globalização: a erosão de seu domínio econômico e tecnológico por uma potência do Sul Global em ascensão.

Mesmo com a ordem econômica global sendo remodelada, a economia indiana continua sobrecarregada pela inércia de 35 anos de liberalização. Seus problemas estruturais, enraizados em desigualdades profundas e agravados pelas políticas neoliberais, sufocaram o desenvolvimento de uma base industrial doméstica ampla e tecnologicamente avançada. Devido ao estado desanimador da indústria indiana, a maior parte da força de trabalho permanece excluída desse setor, confinada a empregos inseguros, com baixos salários e baixa produtividade, sustentados por puro desespero para sobreviver. Como resultado, grande parte da população continua presa em vários níveis de pobreza, mesmo quando as alegações oficiais de um declínio acentuado na privação são conjuradas por meio de truques metodológicos (Misra, 2025).

O persistente subdesenvolvimento da indústria, especialmente da manufatura, está no centro da tentativa de globalização da Índia. As promessas de liberalização – para destravar o suposto potencial da Índia – produziram uma tendência central à desindustrialização, esvaziando o emprego formal, enfraquecendo a capacidade produtiva e aprofundando as desigualdades sociais.

Apesar da avaliação bombástica do atual governo sobre a importância da Índia no cenário mundial como *Vishwaguru* – literalmente “professor do mundo”, um termo popular na retórica Hindutva [forma predominante de nacionalismo hindu], de Narendra Modi – e das alegações de altas taxas de crescimento que muitas vezes estão atoladas em controvérsias estatísticas, o governo foi forçado a enfrentar esses fracassos, o que faz com apagamentos e acusações. Desde que Modi chegou ao poder como primeiro-ministro da Índia em 2014, sua estratégia política tem sido culpar a oposição e os governos anteriores por todos os fatos desagradáveis, ainda que seu mandato já se estenda por mais de uma década. Não há dúvida de que as políticas neoliberais iniciadas pelo Congresso Nacional Indiano na década de 1990 e adotadas por todos os governos posteriores – incluindo o Partido Bharatiya Janata (Partido do Povo Indiano, BJP) de Modi, seu mais zeloso adepto – levaram a economia indiana a esse estado lamentável. O longo mandato de Modi como ministro-chefe do estado de Gujarat, no oeste da Índia, de 2001 a 2014, aprimorou suas credenciais neoliberais aos olhos do capital indiano e estrangeiro.

Mas a resposta de Modi foi repetir as mesmas políticas – pior, agora com esteroides – exacerbando, assim, os problemas estruturais, aprofundando as desigualdades e consolidando ainda mais a crise. Desde que se tornou primeiro-ministro, anunciou uma série de grandes iniciativas políticas, como Make in India, Startup India, Skill India, Design in India e Design for the World. Essas iniciativas deveriam atrair capital estrangeiro para a área de criação e para a indústria de manufaturas indianas, voltada para os mercados globais, incentivar as *start-ups* a entrarem em novos setores de tecnologia e atualizar os níveis de qualificação da força de trabalho do país para se alinharem aos padrões de classe mundial – tudo com o objetivo ostensivo de revitalizar a indústria de manufaturas e, ao mesmo tempo, atender aos mercados ocidentais. Na prática, essas iniciativas não conseguiram fortalecer o setor manufatureiro ou reverter a tendência de desindustrialização. A maioria simplesmente ofereceu subsídios e reduções de impostos às empresas, na esperança de que a expansão industrial ocorresse automaticamente, com resultados previsivelmente escassos.

Nesse sentido, uma iniciativa muito divulgada foi o esquema de Incentivo Vinculado à Produção para 14 setores, o principal deles o de eletrônicos, com o governo concedendo grandes subsídios para a produção a empresas estrangeiras e nacionais. No entanto, esse esquema se resumiu, em grande parte, a subsidiar a montagem de componentes importados, com impacto insignificante sobre a conta geral de importação ou a capacidade tecnológica da Índia. A maior parte do valor agregado dos produtos fabricados na Índia, como os *smartphones*, ainda é acumulada no exterior, enquanto o ônus desses

subsídios acaba recaindo sobre a população por meio de cortes nos investimentos públicos e nos gastos sociais do governo. As restrições estruturais que dificultam o desenvolvimento da economia e do setor industrial da Índia não podem ser resolvidas simplesmente por meio de subsídios às empresas ou de fluxos indiscriminados de investimento estrangeiro; na verdade, essas políticas apenas reforçam o mal-estar estrutural que a Índia herdou na independência e que foi agravado após a liberalização.





Gigi Scaria, *Sem título*, 2020.

## Desigualdades arraigadas: as restrições pós-independência à industrialização

Quando a Índia conquistou a independência em 1947, obter a autossuficiência tecnológica e industrial era amplamente visto como essencial, não apenas para sustentar a independência política e romper com o padrão colonial de relações econômicas com o Ocidente, mas também para absorver a vasta força de trabalho agrícola subempregada na indústria e elevar os padrões de vida. Por meio de um sistema de planos quinquenais – planos de desenvolvimento nacional liderados pelo Estado que definem as prioridades de investimento e produção –, a Índia embarcou em um rápido programa de industrialização centrado no desenvolvimento da indústria pesada sob propriedade do Estado. Enquanto isso, o capital privado, a partir dessa base criada pelo Estado, produzia bens de consumo. Como resultado desse impulso, a primeira década e meia após a independência (aproximadamente 1947-1962) testemunhou uma fase sem precedentes de industrialização liderada pelo setor público, com a participação da manufatura no PIB aumentando de cerca de 7% para 15,9%, um ritmo de crescimento industrial sem igual desde então.<sup>1</sup> No entanto, a busca pela industrialização logo encontrou obstáculos na forma das profundas desigualdades agrárias e de classe na sociedade indiana.

---

1 Salvo indicação em contrário, todos os números do PIB deste dossiê, inclusive as participações setoriais, são cálculos dos autores com base nas *Estatísticas de Contas Nacionais* [NAS, na sigla em inglês] da Índia, séries 2011-2012 e séries anteriores correspondentes (preços atuais). Ver: Governo da Índia, 2025b.

A propriedade da terra estava concentrada em uma restrita elite rural, enquanto as massas famintas por terra lutavam para conquistar até mesmo as necessidades básicas de subsistência. Na ausência de reformas agrárias igualitárias, a pobreza generalizada reduziu a demanda doméstica, criando uma restrição interna que impediu a indústria indiana de atingir a escala necessária para o crescimento sustentado. Ao mesmo tempo, os padrões de consumo da elite, que dependem muito das importações e seguem o estilo ocidental, levaram à escassez recorrente de divisas, impondo restrições externas ao crescimento.

No entanto, a estratégia indiana de industrialização por substituição de importações, embora não tenha conseguido criar um setor industrial dinâmico e de base ampla, fortaleceu uma classe capitalista doméstica dominada por um punhado de grandes empresas, que expandiu sua presença econômica e consolidou sua influência sobre a política estatal.

O Estado funcionava como mediador entre um bloco dominante de proprietários de terras e capitalistas, de um lado, e uma massa de camponeses empobrecidos, trabalhadores sem terra e uma pequena classe trabalhadora industrial, do outro. O regime evitou políticas que pudessem ameaçar os interesses da elite, como uma reforma agrária genuína ou uma tributação substancial das classes proprietárias. Consequentemente, a industrialização liderada pelo Estado dependia de *déficits* fiscais em vez de tributação progressiva. Cada rodada de expansão fiscal transferia excedentes maiores para a grande burguesia, aprofundando as desigualdades. Seu desejo de acumulação aumentou, enquanto o mercado doméstico estreito impôs limites ao

seu potencial de acumulação. Assim, partes significativas do excedente investível nas mãos da burguesia indiana encontraram outras saídas além da expansão industrial.

Como resultado, a industrialização progrediu aos trancos e barrancos, já que todas as tentativas de expansão conjunta do Estado logo se depararam com as mesmas restrições estruturais. Essas restrições não resolvidas, que se precipitaram em uma grave crise de balanço de pagamentos, ao lado da perda da União Soviética como um importante parceiro comercial e financeiro (em que o comércio de rublo-rúpia havia isolado a Índia dos choques cambiais globais), acabaram por deixar a Índia exposta à virada neoliberal de 1991, impulsionada pelas instituições de Bretton Woods (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial).

## **Após a liberalização**

A liberalização da economia indiana, adotada formalmente em 1991, pouco fez para remover as restrições que pesavam sobre o desenvolvimento industrial. O que ela fez, no entanto, foi reduzir as restrições à acumulação para a burguesia indiana e eliminar completamente as restrições ao consumo da elite que haviam sido impostas anteriormente pelos controles de importação. Tudo isso foi alcançado sem o esforço de desenvolver uma base sólida de manufatura doméstica.

Mesmo com a redução das capacidades existentes, a elite indiana podia consumir produtos produzidos em outros lugares e desfrutar de estilos de vida de classe mundial em uma economia subdesenvolvida. Esse processo permitiu uma acumulação de capital mais rápida e ininterrupta por parte do capital indiano, seja pela invasão de ativos do setor público e de recursos naturais, seja pela expansão da produção intensiva em importações para um mercado doméstico ou pelo deslocamento de pequenos produtores, comerciantes e industriais de pequena escala.

## **Os quatro princípios do neoliberalismo indiano**

A trajetória neoliberal da Índia se baseia em quatro princípios que prejudicaram diretamente a manufatura indiana: a remoção das barreiras comerciais; a privatização e o enfraquecimento do setor público; o conservadorismo fiscal que reduziu o investimento público; e a abertura da economia ao capital estrangeiro, tanto produtivo (investimento estrangeiro direto, ou IED) quanto financeiro (carteiras). Juntos, esses princípios sustentaram um padrão de crescimento dependente de crédito e fluxos financeiros, mas desvinculado da industrialização robusta e do desenvolvimento tecnológico autônomo.

## Liberalização do comércio

A Índia começou a derrubar suas barreiras tarifárias no início da década de 1990, o que levou à sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Nos primeiros anos, os cortes agressivos nas tarifas dos produtos agrícolas desencadearam uma crise agrária prolongada, provocando uma grave reação política.<sup>2</sup> Como resultado, após 1996, os cortes tarifários na agricultura tiveram que ser interrompidos. No entanto, a liberalização continuou no setor de manufatura.

A partir de 2000, a liberalização do comércio tornou-se ainda mais rápida.<sup>3</sup> Sob pressão do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, impulsionado pelos Estados Unidos e pela União Europeia, a Índia removeu a maioria de suas restrições quantitativas remanescentes, que protegiam segmentos da indústria indiana (especialmente a indústria de pequena escala).

A decisão da Índia de subordinar o desenvolvimento industrial ao comércio “livre” prejudicou a fabricação nacional, especialmente nos setores de bens de capital e intermediários. Mesmo com a redução das tarifas médias, as tarifas sobre bens de capital e intermediários eram muito menores do que as tarifas sobre bens de consumo. Isso significa que, enquanto os fabricantes de bens de consumo indianos

---

2 Entre 1990 e 1996, as tarifas médias sobre produtos agrícolas caíram de 82% para 39%, enquanto as tarifas sobre produtos manufaturados caíram de 51% para 40%. Ver Pillai, 2007; Athreya, 2013; Sainath, 1996.

3 O governo reduziu as tarifas de fabricação de 33,3% em 2000 para 9% em 2008. Esses números são cálculos dos autores com base no Banco Mundial, 2000 e 2008.

desfrutavam de uma proteção moderada do regime tarifário, os fabricantes de bens intermediários e de capital não tinham essa proteção.

O novo regime tarifário beneficiou tanto as empresas nacionais quanto as estrangeiras que operavam no setor de bens de consumo duráveis da Índia. As grandes corporações indianas, que historicamente se concentravam na produção de bens de consumo para o mercado doméstico, optaram por importar maquinário e bens intermediários mais baratos em vez de desenvolver uma cadeia de suprimentos doméstica. As empresas multinacionais estrangeiras foram além, tratando a Índia principalmente como uma base de montagem. Conseqüentemente, a intensidade de importação da manufatura indiana aumentou drasticamente.<sup>4</sup> No setor farmacêutico, por exemplo, a Índia era amplamente autossuficiente na produção de ingredientes farmacêuticos ativos (IFA). Porém, após a liberalização, a Índia se tornou dependente da importação de intermediários farmacêuticos (os ingredientes químicos usados para fabricar medicamentos acabados). O setor farmacêutico indiano agora importa 70% dos IFA da China, sendo que alguns medicamentos, como a penicilina, dependem totalmente das importações chinesas (ANI, 2020).

A forte dependência de importações corroeu a produção nacional de bens de capital e intermediários.<sup>5</sup> O encolhimento do setor nacio-

---

4 Por exemplo, a intensidade de importação das exportações de produtos manufaturados da Índia aumentou de 12,89%, em 1993-1994, para 24,04%, em 2003-2004, e para 51%, em 2013-2014. Ver Ramaa Arun Kumar; Biswajit Dhar, 2006.

5 Essa erosão se reflete na diminuição do peso dos bens de capital e bens intermediários no Índice de Produção Industrial (IIP) de 35,5%, em 1993-1994, para 29,63%, em 2011-2012. Esses números são cálculos dos autores com base no Reserve Bank of India, 2025b.

nal de bens de capital, que atua como uma incubadora de inovações tecnológicas, por sua vez, prejudicou a capacidade tecnológica da indústria do país. Esse enfraquecimento reduziu ainda mais a capacidade de resistência da indústria indiana à concorrência global.

## **Privatização do setor público imposta pelo FMI**

O enfraquecimento sistemático do setor público após 1991, por meio de privatizações agressivas e negligência crônica, desempenhou um papel importante no desgaste da indústria. O setor de bens de capital da Índia, dominado por empresas públicas que produziam maquinário elétrico, máquinas-ferramentas, equipamentos de processamento, equipamentos de terraplenagem e eletrônicos industriais, entrou em declínio com a liberalização do comércio e a retirada do apoio do Estado. As pequenas e médias empresas auxiliares que forneciam componentes para essas indústrias pesadas entraram em colapso devido à concorrência das importações e à perda de apoio institucional que se seguiu.

Em uma época em que a fabricação de produtos eletrônicos ocupa o centro das discussões globais sobre indústria e tecnologia, o destino do nascente setor de produtos eletrônicos da Índia na década de 1990 é um testemunho dos danos causados pela liquidação do setor público, ao lado da liberalização do comércio.



Gigi Scaria, *Post Land* [Terra de postes], 2008.

Na década de 1970, o Estado indiano tomou medidas importantes para criar uma indústria nacional de *hardware* eletrônico por meio de empresas do setor público. Essas empresas – a Electronics Corporation of India Limited e a Bharat Electronics Limited – desenvolveram sistemas de controle nacionais para aplicações nucleares e de defesa. Na década de 1980, o Estado havia estabelecido a Semiconductor Complex Limited (SCL) e a Hindustan Computers Limited para desenvolver recursos em semicondutores, circuitos integrados e computação. A Índia fundou a SCL em 1984, três anos antes da criação da Taiwan Semiconductor Manufacturing Company, líder mundial em semicondutores.

O governo abandonou esses esforços após a liberalização e procurou liquidar o setor de eletrônicos em ascensão por meio da remoção da proteção tarifária e da retirada do apoio estatal. A Índia aderiu ao Acordo de Tecnologia da Informação da OMC em 1997, que eliminou as tarifas sobre uma série de produtos eletrônicos, removendo o espaço político necessário para desenvolver um setor local competitivo. Em vez de investir em recursos de fabricação no setor de eletrônicos, os sucessivos governos promoveram um modelo voltado para a exportação, centrado em serviços de TI e de *back-office* de baixa e média qualificação para empresas ocidentais. Essa abordagem prejudicou o desenvolvimento tecnológico de longo prazo no setor de eletrônicos. As consequências são graves: atualmente, a Índia importa 80% de seu *hardware* de TI, 70% de seus componentes eletrônicos (62% da China) e 90% de seus equipamentos de telecomunicações (IANS, 2023). Mesmo os eletrônicos montados internamente dependem de componentes importados, com pequena agregação de valor local. A iniciativa inicial do país em eletrônicos

do setor público foi desperdiçada, e a Índia agora é amplamente dependente da tecnologia.<sup>6</sup>

O que foi feito com o setor de eletrônicos da Índia se repetiu em outros setores, com o governo negligenciando ou liquidando bens de capital e indústrias pesadas no setor público — áreas nas quais o grande capital indiano continua sem vontade de investir, mas que, no entanto, são essenciais para o avanço tecnológico.

## Conservadorismo fiscal

Um fator fundamental da crise que envolve a economia indiana — seja na base instável de seu crescimento ou nos problemas da manufatura — é o conservadorismo fiscal introduzido pela era neoliberal. A busca da Índia por capital financeiro internacional e os fluxos de investimento associados fizeram com que os governos indianos não pudessem expandir significativamente os gastos com infraestrutura ou fornecer apoio adequado ao setor sem correr o risco de que esses fluxos se esgotassem. Em 2003, para apaziguar as finanças internacionais, a Índia promulgou a Lei de Responsabilidade Fiscal e Gestão Orçamentária, limitando o *déficit* fiscal a 3% do PIB (Testbook, 2025). Embora esse limite fosse rotineiramente violado, ele funcionava como um ponto de referência usado para repelir qualquer gasto liderado pelo Estado em apoio à indústria nacional, ao setor público ou à agricultura. Os governos têm vendido rotineiramente

---

<sup>6</sup> Atualmente, as exportações representam 79% da receita do setor de TI indiano, enquanto o setor continua totalmente dependente de *hardware* importado. Ver Governo da Índia, 2019.

participações em empresas lucrativas do setor público e desviado seus fundos investíveis para atender às despesas orçamentárias, mesmo com a redução constante dos impostos sobre os lucros das empresas. Isso deixou as empresas do setor público com uma grave escassez de fundos para expansão e modernização tecnológica. Apesar de estarem repletas de fundos, as empresas privadas indianas demonstraram pouco interesse em investir em pesquisa e desenvolvimento, enquanto as empresas do setor público foram privadas dos meios para fazê-lo. Como resultado, a manufatura indiana continua muito dependente de tecnologias importadas.

## Investimento estrangeiro direto

Desde a liberalização em 1991, o governo indiano vem eliminando progressivamente as barreiras ao capital estrangeiro, tanto no setor industrial quanto no financeiro. Hoje, com exceção de setores como jogos de azar, energia atômica e ferrovias, onde até mesmo as empresas privadas indianas são proibidas, o investimento estrangeiro direto (IED) é permitido em quase todas as áreas, muitas vezes com total participação estrangeira. A Índia também diminuiu as restrições às contas de capital, facilitando grandes fluxos de financiamento especulativo de curto prazo. Os dados oficiais mostram que, em média, cerca de 30% do total de influxos de investimento estrangeiro desde 2000 foram provenientes de investimento em carteira estrangeira (*foreign portfolio investment* – FPI) volátil. Mesmo dentro do que é classificado como IED, uma parcela considerável consiste em capital especulativo, já que a ampla definição de IED pós-2000 da Índia

inclui participações em carteiras que excedem 10% de participação acionária em uma empresa indiana.<sup>7</sup>

Embora o investimento estrangeiro tenha sido oficialmente promovido como um meio de proporcionar a industrialização, a atualização tecnológica e o crescimento das exportações, essas promessas permaneceram em grande parte não cumpridas. Na prática, o capital estrangeiro serviu principalmente para financiar o padrão de crescimento pós-liberalização com uso intensivo de importações, reforçando assim a erosão da indústria nacional.

Essa remoção de barreiras veio com poucos regulamentos ou diretrizes. O estado indiano não garantiu, por exemplo, que o IED em empresas nacionais viesse acompanhado de transferências de tecnologia e vínculos, não incentivou o fornecimento local e o desenvolvimento industrial *downstream*, não investiu em pesquisa e desenvolvimento (P&D) nacional, tampouco enfrentou limites na repatriação de *royalties*. Tentativas tímidas de introduzir algumas dessas diretrizes foram abandonadas sob a menor pressão do capital estrangeiro.

Conseqüentemente, o IED contribuiu pouco para o avanço tecnológico no setor indiano, com as empresas estrangeiras estabelecendo poucas instalações de P&D no país. Sua produção continua fortemente dependente de importações, sendo que as importações de empresas de propriedade estrangeira que operam na Índia excedem

---

7 Sobre a adoção pela Índia do limite de 10% de direitos de voto e a conseqüente indefinição entre investimento direto e de carteira, consulte Rao; Dhar, 2011; para obter a definição oficial atual de IED, ver Governo da Índia, 2020.

suas exportações, enfraquecendo assim os vínculos industriais domésticos e reforçando o processo de desindustrialização na economia indiana.

Embora o investimento estrangeiro não tenha conseguido proporcionar os benefícios prometidos, os grandes influxos de moeda estrangeira injetaram uma liquidez substancial no sistema financeiro indiano, expandindo os passivos dos bancos e obrigando-os a buscar novos caminhos para a expansão do crédito. Isso resultou em um crescimento orientado pelo crédito e intensivo em importações, marcado pelo consumo orientado pela elite e pela concentração de capital nas mãos de grupos monopolistas domésticos, às custas dos bancos do setor público.

Ao mesmo tempo, o próprio investimento estrangeiro aumentava cada vez mais o ônus externo, pois as empresas estrangeiras importavam mais do que exportavam e remetiam quantias cada vez maiores para o exterior por meio de pagamentos de *royalties* e repatriação de lucros. Em 2024, para cada 100 dólares de entrada bruta de investimento (FDI e FPI combinados), 50 dólares foram retirados na forma de renda de investimento. Excluindo os lucros reinvestidos – que não geram novas divisas –, o desequilíbrio é ainda maior: 66 dólares foram retirados para cada 100 dólares de entrada líquida. Nos últimos anos, essas saídas de renda muitas vezes excederam o *déficit* total da conta corrente. Em 2024, a renda de investimento repatriada era três vezes maior do que o *déficit* da conta corrente. Com o aumento das repatriações, a conta externa da Índia se torna cada vez mais frágil, preparando o terreno para um estresse mais profundo no balanço de pagamentos nos próximos anos. Em um vislumbre desse

futuro, em 2023, 116 dólares foram retirados da economia da Índia na forma de renda de investimento para cada 100 dólares de entrada de investimento estrangeiro no país (Reserve Bank of India, 2025a).

A liquidez gerada pelos fluxos de capital alimentou a expansão impulsionada pelo crédito e pelas importações, além de grandes *déficits* comerciais. Esses *déficits*, por sua vez, exigiram mais influxos estrangeiros, o que aprofundou a drenagem de divisas, criando um ciclo autossustentável de dependência cada vez maior dos fluxos financeiros externos para administrar a balança de pagamentos da Índia.

## **Um modelo em que o crescimento industrial é acidental**

Sob a trajetória de crescimento neoliberal da Índia, com seus quatro princípios centrais, o crescimento industrial tem sido acidental, e não central, para o modelo de crescimento. Em vez de se basear no planejamento industrial, os sucessivos governos dependeram do crédito bancário (com as exportações de serviços) como um impulsionador do crescimento, tanto para aumentar a demanda quanto para financiar a infraestrutura industrial. Em contraste, da independência até 1991, os empréstimos institucionais na Índia foram amplamente canalizados para a agricultura, a indústria e o comércio dentro da estrutura mais ampla do planejamento econômico, com apenas um papel marginal para o crédito ao consumidor.

Desde 1991, o crédito ao consumidor tem apresentado uma clara tendência de alta, com o setor bancário – especialmente os bancos privados – redirecionando progressivamente os empréstimos para financiamentos imobiliários, empréstimos para veículos, bens de consumo duráveis e cartões de crédito. A participação dos empréstimos pessoais no crédito bancário aumentou de 9,4% em 1990 para 25,2% em 2005, chegando a 32,4% em 2024 (Mujumdar, 2007).

Consequentemente, o crédito, especialmente para compras de imóveis e automóveis, tem sido um importante impulsionador do crescimento. A expansão do crédito imobiliário resultou em um aumento da participação da construção no PIB.

Da mesma forma, a expansão do crédito ao consumidor para compra de carros distorceu a estrutura da produção de manufaturas em favor dos automóveis e gerou padrões de transporte cada vez mais dependentes do modelo individual, agravando os problemas de infraestrutura da Índia.

O financiamento de veículos, ao lado da forte presença do grande capital na produção de automóveis, aprofundou a tendência do Estado em relação ao transporte privado e à construção de estradas, resultando no desenvolvimento pela Índia da segunda maior rede rodoviária do mundo, que em breve ultrapassará a dos Estados Unidos (IANS, 2025). Apesar de ter um terço da área terrestre da China, a Índia tem uma rede rodoviária que já é 2 milhões de quilômetros maior. A construção de estradas se acelerou na última década, principalmente para rodovias e vias expressas. Um dos problemas com essa expansão é que ela é limitada por questões fundiárias. A alta

densidade populacional e a forte dependência da agricultura tornam a aquisição de terras politicamente sensível e socialmente problemática. Os camponeses, que dependem da terra como seu principal ativo, geralmente resistem à desapropriação. Como resultado, a aquisição de terras é lenta, cara e frequentemente contestada, criando gargalos no sistema de logística da Índia, dominado por estradas.

Em contrapartida, a dependência do sistema de fabricação de transporte em automóveis (incluindo caminhões) aumentou as importações de combustível, com mais de 40% dos produtos de petróleo sendo consumidos pelo setor de transporte (Governo da Índia, 2014). Isso teve um impacto negativo no *déficit* comercial e não contribuiu para a industrialização.

A mudança para o caminho de desenvolvimento de estradas enfraqueceu o ecossistema de manufatura mais amplo. Estima-se que os custos logísticos da Índia sejam duas ou três vezes mais altos do que os da China, em grande parte devido ao grave subinvestimento em infraestrutura ferroviária. O transporte ferroviário – que é mais barato, menos intensivo em terra, mais eficiente em termos de energia e mais adequado às condições da Índia – foi deliberadamente prejudicado em favor do transporte rodoviário.

O subinvestimento em ferrovias significou uma deterioração na qualidade e na velocidade do transporte ferroviário: os trens convencionais na Índia têm uma velocidade média de 43 km/h, enquanto na China eles operam a 90 km/h (os trens de alta velocidade na Índia podem atingir 180 km/h, enquanto os trens de alta velocidade chineses podem atingir 430 km/h).



Gigi Scaria, *Hesitant Attempt* [Tentativa vacillante], 2018.

O sistema de transporte financiado por crédito e impulsionado por automóveis resultou em altos custos de logística e tempos de transporte lentos, aumentando os custos de produção e minando a competitividade da manufatura indiana sob o comércio liberalizado.

## **Investimento impulsionado pelo crédito e ativos inadimplentes**

Nem todo o crescimento neoliberal na Índia foi impulsionado pelo consumo. Entre 2004 e 2010, quando o país registrou um alto crescimento do PIB, a expansão foi sustentada não apenas pelo consumo, mas também pelo investimento impulsionado pelo crédito bancário, alimentado por um excesso de liquidez criado pelos influxos de capital estrangeiro. Com o sistema bancário repleto de liquidez, os bancos privados expandiram o crédito de varejo, enquanto os bancos do setor público canalizaram grandes empréstimos a empresas para projetos de infraestrutura nos setores imobiliário, de energia e de aço, impulsionando o crescimento liderado por investimentos.

Esse *boom* de crédito apoiou de fato o crescimento impulsionado pelo investimento, mas incubou uma grave crise. O descompasso entre os longos períodos de gestação desses projetos e a natureza de curto prazo dos passivos bancários, combinados com a impunidade corporativa e a supervisão deficiente, mostraram-se desastrosos. Os bancos comerciais, mal equipados para avaliar e gerenciar esses projetos, que deveriam ter sido financiados por bancos de desenvolvimento, foram induzidos pelo governo a conceder empréstimos a projetos de

infraestrutura de propriedade privada. O resultado foi um acúmulo maciço de ativos não produtivos (ANP), que atingiu o pico de 82,3 bilhões de dólares nos bancos do setor público, enquanto os ativos físicos criados por meio desses empréstimos passaram para as mãos do grande capital da Índia a um custo mínimo para eles por meio do processo de resolução da crise dos ANP (Economic Times Bureau, 2018).

A natureza do crescimento neoliberal nesse período significava que a anarquia do mercado determinava tanto a direção quanto a estrutura da manufatura indiana. A interação entre os interesses do capital doméstico, as preferências de crédito do sistema bancário e os padrões de consumo da elite – operando em um regime de livre comércio global e fluxos financeiros irrestritos – veio a moldar a trajetória da indústria indiana, em direção ao crescimento ou ao declínio.

## **Déficits comerciais e desindustrialização: dois lados da mesma moeda**

A dependência de importações – como manufaturados, combustível e financiamento – fez com que a Índia apresentasse um *déficit* em conta corrente em quase todos os anos, exceto durante o colapso temporário do comércio global durante a pandemia da covid-19. Os únicos períodos em que o *déficit* em conta corrente diminuiu

são durante períodos de contração econômica. O *déficit* comercial de mercadorias era de 2% do PIB em 1991 e, desde então, aumentou para 7%, atingindo um pico de 10% em 2011 (Reserve Bank of India, 2022a). Os produtos petrolíferos respondem por metade do *déficit* de mercadorias. O *déficit* da conta corrente permaneceu menor do que o *déficit* do comércio de mercadorias somente devido ao excedente na exportação de serviços e ao influxo de remessas dos trabalhadores indianos. Essas remessas forneceram o amortecedor para os *déficits* comerciais perigosamente altos que o modelo de crescimento neoliberal da Índia gera. Entretanto, nem a exportação de serviços nem as remessas podem neutralizar a erosão da capacidade industrial interna da Índia.

## Desindustrialização

Durante muito tempo, nas discussões sobre a economia política da Índia, usou-se o termo “desindustrialização” para descrever o declínio do artesanato não agrícola e das indústrias tradicionais sob o domínio britânico, o que deslocou milhões de pessoas de suas ocupações habituais e as levou à pobreza e à fome.

Quase oito décadas após a independência, o termo desindustrialização voltou a ser usado, desta vez para descrever a trajetória da economia indiana sob a liberalização, cujos efeitos se tornaram inconfundíveis na última década. A tendência subjacente à desindustrialização, ocultada durante os períodos de alto crescimento

impulsionado pelo crédito, manifestou-se plenamente nos últimos anos, coincidindo com o mandato do governo Modi.

A participação da manufatura no PIB caiu de 18,9% em 2008 para 14,3% em 2023, um nível visto pela última vez há mais de 60 anos, no estágio inicial da industrialização da Índia. Dada a provável superestimação da produção industrial na nova série do PIB com o novo ano-base, a participação real pode ser ainda menor do que os números oficiais sugerem. O Índice de Produção Industrial (IPI) reforça esse quadro: a taxa média de crescimento anual da produção industrial, medida pelo IPI, foi de apenas 3,3% de 2011-2012 a 2024-2025, e de 10,1% de 2003-2004 a 2010-2011. Essa desaceleração no setor manufatureiro é evidente quando analisada em longo prazo. A taxa de crescimento médio anual do componente manufatureiro do IPI foi de 7,5% de 1981-1982 a 1989-1990, 8% de 1991-1992 a 1996-1997 e 5,4% de 1997-1998 a 2002-2003 (Reserve Bank of India, 2025b; Mazumdar, 2025). De fato, desde 2011, o crescimento tem sido menor do que em qualquer período comparável nas últimas três décadas. Atualmente, a Índia parece estar correndo o risco de uma maior desindustrialização.

## O setor de serviços: um mal substituto

O declínio relativo da indústria manufatureira nos últimos 15 anos reforçou os profundos desequilíbrios estruturais da economia indiana. Atualmente, a maior parte do PIB da Índia tem origem no setor de serviços.

Após 1947, a recém-independente república indiana iniciou um caminho de desenvolvimento centrado na construção de uma forte base industrial. Em 1951, no início do Primeiro Plano Quinquenal, a manufatura era responsável por 12% do PIB, enquanto os serviços representavam 36%. Em 1990, essas participações haviam aumentado para 19% no setor industrial e 41% no setor de serviços. Esse caminho de desenvolvimento para a industrialização foi abandonado em 1991, quando o governo indiano decidiu liberalizar – ou, mais corretamente, neoliberalizar – a economia indiana e torná-la mais voltada para os serviços. Desde 1991, a participação da manufatura caiu para 14%, enquanto os serviços aumentaram para 48% em 2008 e depois para 55% em 2024. Embora o governo do BJP sob Modi tenha exacerbado os problemas da indústria indiana, a base para seu enfraquecimento foi estabelecida por sucessivos governos que seguiram o caminho neoliberal iniciado em 1991.

Ao contrário do setor manufatureiro, que fortalece a base tecnológica e apoia o crescimento dos salários reais, a expansão dos serviços não gera necessariamente efeitos semelhantes. Um setor manufatureiro forte pode aumentar as capacidades de serviços em áreas

como transporte, telecomunicações e tecnologia da informação, mas quando os serviços predominam ao lado de uma base industrial fraca, eles dependem muito de máquinas importadas e tecnologias estrangeiras, como é o caso da Índia.

O setor de serviços na Índia, obviamente, é uma categoria ampla, que não permite uma generalização fácil. No entanto, há uma dicotomia clara. De um lado, há uma série de serviços – de natureza muito variada, mas semelhantes em sua informalidade – que oferecem empregos com baixos salários, inseguros e, em grande parte, não regulamentados, marcados pela baixa produtividade. Os trabalhadores dessas atividades geralmente se deslocam entre áreas rurais e urbanas e entre empregos agrícolas e de serviços, dependendo da disponibilidade de trabalho. Esses setores atuam efetivamente como um refúgio para a mão de obra excedente da agricultura, expulsa pela estagnação do emprego agrário e atraída para os serviços devido à incapacidade do setor manufatureiro – especialmente no contexto da desindustrialização – de absorver a crescente força de trabalho. Desde 2017-2018, a participação da indústria manufatureira no total de empregos tem, de fato, diminuído.

O comércio varejista e o transporte são dois desses setores. Mas, mesmo nessas áreas, o emprego abrange um amplo espectro: por exemplo, no varejo, incluirá pequenos lojistas, vendedores ambulantes, trabalhadores em lojas *kirana* (de bairro) e ajudantes em mercados atacadistas, enquanto no transporte incluirá motoristas de automóveis, táxis e caminhão, carregadores, condutores de ônibus e trabalhadores no manuseio de cargas e logística. O comércio varejista é

responsável por 12,2% do total de empregos, e o transporte por cerca de 5,6%, que contribuem com parcelas aproximadamente semelhantes do PIB (Governo da Índia, 2024, p. 15-16).

Essas atividades são frequentemente descritas como parte do “setor informal” em vez do “setor de serviços”, um termo normalmente reservado para TI, finanças e outros serviços modernos que formam o outro lado dessa dicotomia. Ambos os segmentos da economia de serviços registraram taxas de crescimento consistentemente altas nas últimas três décadas e meia. Os setores de TI e financeiro respondem por parcelas significativas do PIB, apesar de serem altamente intensivos em capital e oferecerem poucos empregos. No início da década de 1990, a contribuição do setor de TI para a renda nacional era insignificante (cerca de 0,1% do PIB), e sua participação no mercado de trabalho era ainda menor. Até 2024, esse setor predominantemente orientado para a exportação se expandiu rapidamente, representando 7,5% do PIB e empregando apenas 1% da força de trabalho (India Brand Equity Foundation, 2025). Os serviços financeiros seguiram uma trajetória semelhante, com sua participação no PIB dobrando de 3% em 1990 para 6% em 2004, e sua participação no emprego permanecendo abaixo de 1%.<sup>8</sup>

Juntos, os setores de serviços financeiros e de TI respondem por 13,5% do PIB, o que é comparável ao do setor manufatureiro, mas

---

8 Usando o emprego no setor bancário e de seguros como um indicador do setor financeiro, uma análise da Business Standard de 34 empresas BFSI no índice S&P BSE 200 estima que sua força de trabalho combinada será de quase 2 milhões de funcionários em 2023-2024. Mesmo um generoso ajuste para cima desse número manteria o total de empregos no setor financeiro bem abaixo de 1% da força de trabalho da Índia. Ver Kant, 2024.



Gigi Scaria, *Settlement* [Assentamento], 2010.

contribuem com menos de 2% dos empregos, enquanto o setor manufatureiro contribui com 11,4% (Governo da Índia, 2024). Na economia não agrícola, a manufatura responde por 17% do PIB e 20% do emprego, enquanto os setores de serviços financeiros e de TI (ambos altamente intensivos em capital) contribuem com 16,5% do PIB não agrícola e apenas 3,5% do emprego. O pequeno número de empregos de alta remuneração que esses dois setores geram tem efeitos multiplicadores fracos na economia doméstica, dados os padrões de consumo intensivo de importação desse segmento da força de trabalho.

Essa divergência acentuada destaca a fraca absorção de mão de obra de TI e finanças, os setores mais dinâmicos da Índia, e ilustra as consequências do desenvolvimento de um setor de serviços de alta tecnologia em detrimento da manufatura. Um dos motivos pelos quais a Índia liberalizou totalmente o comércio de produtos eletrônicos – um dos ramos mais dinâmicos e estratégicos da manufatura na economia global contemporânea, ao contrário do setor automobilístico, que ainda conta com uma considerável proteção tarifária – é que essa liberalização apoia ostensivamente os setores de serviços de alta tecnologia que exportam principalmente para o Ocidente, principalmente para os Estados Unidos. A consequência foi a desindustrialização, ao lado da dependência contínua de quase metade da força de trabalho da Índia em relação à agricultura.

Com 18% de participação no PIB, a agricultura emprega atualmente 46% da força de trabalho da Índia. Apesar de responder por mais de 50% do PIB da Índia, o setor de serviços empregou apenas cerca de 30% da força de trabalho em 2023-2024, destacando seu baixo

nível de absorção de mão de obra. A manufatura, que na época da independência esperava-se que tiraria uma grande parte da força de trabalho da agricultura, agora contribui com cerca de 14% da produção e fornece apenas 11% do total de empregos (Governo da Índia, 2024).

Na versão indiana do desenvolvimento neoliberal, a manufatura foi sacrificada para permitir a exportação de mão de obra qualificada e serviços para os mercados ocidentais, com a esperança de que esses ganhos compensassem o aumento das importações e o fato de não haver um setor manufatureiro robusto. Isso significou sacrificar as capacidades industriais e tecnológicas de longo prazo da Índia em troca de fontes de divisas frágeis e dependentes externamente, o que acabou minando a soberania econômica e tecnológica do país, para a qual um setor manufatureiro forte é essencial.

## **As consequências humanas da desindustrialização**

A Índia tem uma população jovem, o chamado “dividendo demográfico”, que poderia ter sido a base para a construção de uma economia industrial moderna e o compartilhamento dos ganhos do progresso tecnológico. Eles devem ter melhores padrões de vida e emprego seguro, permitindo uma vida equilibrada de trabalho, descanso e lazer. Apesar de todo o alarde de que a Índia é uma grande economia, ela continua sendo uma economia subdesenvolvida, em que grande parte da renda dos trabalhadores é gasta em consumo

básico, como alimentos, e em que os jovens têm empregos inseguros com futuro incerto.

A Índia está desperdiçando os jovens de sua força de trabalho em empregos improvisados com salários estagnados. A Índia registrou um declínio acentuado no número de dependentes – crianças e idosos – para a população em idade ativa: de 83% em 1966 para 47% em 2024 (Banco Mundial, 2025). Isso permitiu alguma redução na pobreza extrema, mas com um impacto limitado. No entanto, com a expectativa de que a proporção comece a aumentar novamente após 2041, o espaço para a transformação estrutural da Índia deverá se estreitar (Kapil, 2021). O crescimento industrial – que deveria ter absorvido o excedente de mão de obra e impulsionado a produtividade e o avanço tecnológico – parece ter chegado a um beco sem saída no modelo atual de crescimento econômico.

## Um caminho a seguir

Trazer a industrialização para o centro da política econômica é de extrema necessidade se a Índia quiser sair decisivamente da armadilha do subdesenvolvimento em que se encontra atualmente. Não há muito o que discutir sobre isso. A importância da industrialização e os limites de uma expansão econômica liderada por serviços tornaram-se evidentes até mesmo para os adeptos do neoliberalismo na Índia. Isso se reflete na constante invocação de Modi de esquemas para promover a manufatura, mesmo quando seu governo adere aos princípios neoliberais com mais ardor do que qualquer um de seus

antecessores – por meio da liquidação do setor público, do desmantelamento das barreiras remanescentes ao capital estrangeiro, da promoção da infraestrutura liderada por automóveis e de generosos incentivos fiscais e subsídios ao setor corporativo sob o pretexto de estimular o investimento. Embora o governo Modi tenha aumentado moderadamente as tarifas de alguns produtos manufaturados, a estrutura mais ampla da liberalização do comércio permanece intacta. Como era de se esperar, essas medidas produziram poucas consequências em termos de expansão da manufatura. A desindustrialização da economia indiana parece estar nos trilhos.

É evidente que uma ruptura decisiva com os princípios neoliberais que atualmente orientam a política econômica é essencial para qualquer revitalização do programa industrial indiano. No entanto, o longo período de liberalização criou uma dinâmica estrutural que torna qualquer afastamento do neoliberalismo um desafio político formidável.

Essa era agravou as restrições pré-existentes discutidas anteriormente – aquelas que limitavam a industrialização mesmo antes da liberalização – e aprofundou o processo de desindustrialização. As desigualdades que restringem o mercado doméstico se multiplicaram, enquanto a estatura da grande burguesia indiana cresceu enormemente, ao lado de sua influência sobre o Estado e sua capacidade de moldar políticas. Essa classe está atualmente no auge do seu poder desde a independência da Índia. Eles acumularam uma riqueza significativa durante esse período, enquanto a maioria da população teve apenas ganhos marginais.

Os vastos complexos industriais desses conglomerados indianos em setores como automóveis, petroquímicos, energia, aço e telecomunicações foram largamente construídos e operados com maquinário e tecnologia importados, aproveitando a liberalização do comércio. Sua expansão foi financiada por capital barato disponibilizado por meio de altas avaliações de ações e sustentada por grandes fluxos de investimento de portfólio nos mercados acionários indianos. A grande burguesia indiana estabeleceu uma relação funcional com o capital estrangeiro, preservando seus interesses imediatos e administrando quaisquer conflitos por meio de uma combinação de acomodação e repulsão. Mesmo quando as empresas estrangeiras deslocaram o setor público e marginalizaram os produtores nacionais menores em setores importantes, os grandes conglomerados da Índia mantiveram e expandiram sua posição; eles aproveitaram sua escala, seu poder financeiro e sua capacidade de moldar a política estatal e consolidar seu domínio.

Consequentemente, já se foram os dias em que negociavam com a classe dos proprietários como um parceiro igualitário. Embora a antiga classe de proprietários fundiários hoje se encontre entre o rural e o urbano, o agrícola e o não agrícola, ela continua fazendo parte da elite indiana, compartilhando interesses de classe comuns com a grande burguesia. A direção da política estatal está agora muito mais firmemente nas mãos da grande burguesia indiana, formada por poderosas empresas familiares, apesar de contratempos ocasionais, como a oposição bem-sucedida dos camponeses e das classes proprietárias às leis agrícolas do governo Modi.

Hoje, a grande burguesia está menos alinhada com a classe dos proprietários de terras e mais com o capital estrangeiro. A aliança entre a burguesia indiana e o capital estrangeiro, em grande parte ocidental, acelerou a erosão da independência econômica da Índia e aprofundou sua dependência do Ocidente tanto para investimentos quanto para alinhamento político.

Desinteressadas em desenvolver tecnologias por meio de investimentos domésticos em P&D, essas empresas buscam parcerias com o capital ocidental, principalmente dos EUA, para expandir sua presença em novas áreas de fabricação. Eles esperam aproveitar as oportunidades criadas pela determinação do Estado norte-americano de reorientar as cadeias de suprimentos globais para longe da China.

Cada vez mais, as empresas indianas estão tentando colaborar com empresas ocidentais em áreas como produção de defesa, eletrônica e sistemas de pagamento.

Apesar de seus planos, os interesses dessa classe são contrários à industrialização da Índia. O espetáculo que envolveu as negociações comerciais entre a Índia e os EUA sob o comando de Trump expôs os limites da dependência da colaboração com o Ocidente para o desenvolvimento industrial. Mesmo que um acordo comercial favorável com os EUA se concretizasse, o resultado não seria muito diferente: se a primeira fase do neoliberalismo fracassou, sua segunda iteração – o “neoliberalismo 2.0” – tampouco deve ter êxito.

É improvável que essa estratégia seja bem-sucedida pelos mesmos motivos que prejudicaram a industrialização no período

pré-liberalização: profunda desigualdade e falta de poder de compra em massa. O mesmo problema só se intensificou com a liberalização, agora em uma escala exponencialmente maior. Atualmente, a desigualdade chegou a tal extremo que um indivíduo precisa estar entre os 11% mais ricos da distribuição de renda da Índia para obter a renda média nacional. Em outras palavras, 89% dos adultos ganham menos do que essa média nacional. A desigualdade de riqueza é ainda mais acentuada: o 1% do topo detém 40,1% da riqueza total – a maior concentração global. Dentro desse grupo, a desigualdade é ainda mais acentuada, com apenas 162 indivíduos possuindo 24,6% da riqueza do país em 2022 (Bharti, 2024, p. 77).

Já se foi o tempo em que a reforma agrária, por si só, poderia ter criado um mercado de massa ao colocar o poder de compra nas mãos da população de forma mais ampla. Embora a grave desigualdade na propriedade da terra continue sendo uma realidade, o enorme crescimento da população e a fragmentação generalizada da terra significam que, embora a reforma agrária ainda tenha escopo, ela não pode mais colocar terras suficientes nas mãos da força de trabalho da Índia.

O período após a independência, quando a grande burguesia compartilhava um interesse comum com a classe trabalhadora e o camponato no desenvolvimento industrial e tecnológico liderado pelo Estado, já passou há muito tempo. Não há mais nenhum ponto em comum. A burguesia indiana, que antes desconfiava do capital internacional, agora se aproxima de uma parceria com ele.

Assim, qualquer mudança na trajetória neoliberal – no sentido de expandir o mercado indiano e reduzir a desigualdade – exige um acerto de contas das classes trabalhadoras com a grande burguesia do país e seus parceiros, independentemente da forma que essa aliança assuma. No entanto, atualmente, sob o estupor da hiper-religiosização e o domínio da política religiosa fascista – financiada pela mesma grande burguesia – o povo indiano tem um longo caminho a percorrer antes de poder enfrentar essa classe poderosa.

No entanto, o fluxo atual na ordem econômica global e as incertezas que ele gera para o capital indiano criam aberturas para a esquerda na Índia reenergizar sua presença política e orientar o discurso da política econômica para o desenvolvimento nacional autônomo.





Gigi Scaria, *Human Pull* [Impulso humano], 2018.

## Referências bibliográficas

ANI – Asian News International. “India to Boost Drug Ingredient Output to Pare China Reliance”, *Mint*. 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.livemint.com/industry/manufacturing/india-to-boost-drug-ingredient-output-to-pare-china-reliance-11586787116741.html>.

ANI – Asian News International. “Personal Loans and Services Sector are Key Drivers of Banks Credit Growth: RBI”, *Mint*. 27 dez. 2024. Disponível em: <https://www.livemint.com/economy/personal-loans-and-services-sector-are-key-drivers-of-banks-credit-growth-rbi-11735287126663.html>.

Athreya, Venkatesh. “The Current Agrarian Crisis in India: An Overview”, *The Marxist* 29, n. 3 (jul./set.), 2013.

Banco Mundial. “Age dependency ratio (% of Working-Age Population) – India”, *World Development Indicators*, based on data from United Nations, *World Population Prospects* (UN Population Division), and World Bank staff estimates, 2025. Acesso em: 10 out. 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.DPND?locations=IN>.

Banco Mundial. *World Integrated Trade Solution (WITS)*, ‘India Trade Summary 2000’. 2000. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IND/Year/2000/Summarytext>.

Banco Mundial. *World Integrated Trade Solution (WITS)*. “India Trade Summary 2008”. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IND/Year/2008/Summarytext>.

Barik, Soumyarendra. “China Dominates Supply of Electronic Components for ‘Made in India’ Products”, *The Indian Express*. 18 ago. 2024. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/business/market/china-dominates-supply-of-electronic-components-for-made-in-india-products-9519844/>.

Bharti, Nitin Kumar; Chancel, Lucas; Piketty, Thomas; Somanchi, Anmol. *Income and Wealth Inequality in India, 1922–2023: The Rise of the Billionaire Raj*. Working Paper n. 2024/09, World Inequality Lab. 2024.

Das Gupta, Surajeet. “Over 90% of Telecom Gear in India’s Rs 50,000-Cr Market Is Imported”, *Business Standard*. 2014, 28 abr. Disponível em: [https://www.business-standard.com/article/companies/over-90-of-telecom-gear-in-india-s-rs-50-000-cr-market-is-imported-114042900254\\_1.html](https://www.business-standard.com/article/companies/over-90-of-telecom-gear-in-india-s-rs-50-000-cr-market-is-imported-114042900254_1.html).

Economic Times Bureau. “NPAs of 26 Banks Rise to Rs 7.3 Lakh Crore”. *Economic Times*, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/markets/stocks/news/npas-of-26-banks-rise-to-rs-7-3-lakh-crore/articleshow/64298127.cms>.

Governo da Índia. Ministry of Petroleum and Natural Gas, Press Information Bureau, “70% of Diesel, 99.6% of Petrol Consumed by Transport Sector”. 2014. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/newsite/printrelease.aspx?relid=102799>.

Governo da Índia. Ministry of Commerce and Industry, Department of Commerce, “Commerce and Industry Minister Holds Discussions with CEOs of Indian IT Companies; Urges Them to Explore New Markets, Government to Support Global Growth of India’s IT Industry: Piyush Goyal”. 2019, 1 ago. Disponível em: <https://www.commerce.gov.in/press-releases/commerce-industry-minister-holds-discussions-with-ceos-of-indian-it-companies-urges-them-to-explore-new-markets-government-to-support-global-growth-of-indias-it-industry-piyush-goyal/>.

Governo da Índia. Ministry of Commerce and Industry, Department for Promotion of Industry and Internal Trade (DPIIT), “FAQs related to FDI Policy Section”. 15 out. 2020. Disponível em: [https://fdip.gov.in/Forms/FAQs\\_FDIPolicy.pdf](https://fdip.gov.in/Forms/FAQs_FDIPolicy.pdf)

Governo da Índia. Ministry of Electronics & IT. “Number of employees in IT”. Press Information Bureau. 3 ago. 2022. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=1847841>

Governo da Índia. Ministry of Statistics and Programme Implementation, National Sample Survey Office, *Annual Report, Periodic Labour Force Survey (PLFS), July 2023–June 2024*. New Delhi: MoSPI. 23 set. 2024. Disponível em: [https://dge.gov.in/dge/sites/default/files/2024-10/Annual\\_Report\\_Periodic\\_Labour\\_Force\\_Survey\\_23\\_24.pdf](https://dge.gov.in/dge/sites/default/files/2024-10/Annual_Report_Periodic_Labour_Force_Survey_23_24.pdf)

Governo da Índia. Ministry of Statistics and Programme Implementation, *Provisional Estimates of Annual National Income, 2024–25 and Quarterly Estimates of Gross Domestic Product, Q4 2024–25*. New Delhi: MoSPI. Annexure A: “Gross Value Added at Basic Prices by Kind of Economic Activity”, 31 maio 2025a. Disponível em: <https://www.mospi.gov.in>.

Governo da Índia. Ministry of Statistics and Programme Implementation, *National Accounts Statistics, 2011–2012 series and corresponding back series (current prices)*. New Delhi: MoSPI. 29 ago. 2025b. Disponível em: <https://esankhyiki.mospi.gov.in/catalogue-main/catalogue?page=0&product=NAS>.

IANS – Indo-Asian News Service. “Centre Aims to Meet 70% of India’s IT Hardware Demand through Domestic Production” *The Economic Times*. 22 set. 2023. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/tech/technology/centre-aims-to-meet-70-of-indias-it-hardware-demand-through-domestic-production/articleshow/103862494.cms?from=mdr>.

ians – Indo-Asian News Service. “India’s National Highways Record 60% Growth in Last 10 Years to Become 2nd Largest Network in World” *DD News*. 9 jan. 2025. Disponível em: <https://ddnews.gov.in/en/indias-national-highways-record-60-growth-in-last-10-years-to-become-2nd-largest-network-in-world/>.

India Brand Equity Foundation. *Electronic and Computer Software Industry in India*. abr. 2025. Disponível em: <https://ibef.org/exports/electronic-and-computer-software-industry-in-india>.

Kant, Krishna. 'BFSI on hiring sprint, IT sector stumbles in headcount marathon in FY24', *Business Standard*, 4 set. 2024. Disponível em: [https://www.business-standard.com/industry/news/bfsi-on-hiring-sprint-it-sector-stumbles-in-headcount-marathon-in-fy24-124090401152\\_1.html](https://www.business-standard.com/industry/news/bfsi-on-hiring-sprint-it-sector-stumbles-in-headcount-marathon-in-fy24-124090401152_1.html).

Kapil, Shagun. "India's Growing and Aging Populations Require Investments Across All Sectors", *Down To Earth*, 27 nov. 2021. Disponível em: <https://www.downtoearth.org.in/health/-india-s-growing-and-aging-populations-require-investments-across-all-sectors--80411>.

Kumar, Ramaa Arun; Dhar, Biswajit. *Trade Liberalisation and Export Competitiveness of Indian Manufacturing Industries*, Working Paper 230, New Delhi: Institute for Studies in Industrial Development, 2006.

Mallick, Subhrojit; Aryan, Aashish. "India's Electronics Industry Poised for Transformation with New Incentives for Component Makers". *The Economic Times*. 15 dez. 2024. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/tech/technology/indias-power-surge/articleshow/116322851.cms?from=mdr>.

Mazumdar, Surajit. "Industrial Development in India under Liberalisation", *MPRA* paper no. 123214. 9 jan. 2025. Disponível em: [https://mpra.ub.uni-muenchen.de/123214/1/MPRA\\_paper\\_123214.pdf](https://mpra.ub.uni-muenchen.de/123214/1/MPRA_paper_123214.pdf).

Misra, Udit. "ExplainSpeaking: The Truth about Poverty in India", *The Indian Express*. 27 jun. 2025. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/explained/explained-economics/explainspeaking-poverty-in-india-world-bank-data-10089567/>.

Mujumdar, N. A. "Transformation of the Banking System", *IIBF Monthly Column*. ago. 2007. Disponível em: [https://iibf.org.in/monthlycolumn\\_aug07.asp](https://iibf.org.in/monthlycolumn_aug07.asp).

Pillai, S. Ramachandran. "Agrarian Crisis and the Way Out". *The Marxist* 23, n. 3 (jul.-set.), 2007.

Rao, K.S. Chalapati; Dhar, Biswajit. *India's FDI Inflows: Trends and Concepts*, ISID Working Paper 138, New Delhi: Institute for Studies in Industrial Development and Research and Information System for Developing Countries. 2011. Disponível em: <https://isid.org.in/wp-content/uploads/2022/09/WP138.pdf>.

Reserve Bank of India. *Database on Indian Economy*. 2025a. Acesso em: 13 out. 2025. Disponível em: <https://data.rbi.org.in/DBIE/#/dbie/home>.

Reserve Bank of India. Department of Statistics and Information Management, *Handbook of Statistics on Indian Economy, 2024–25*. 29 ago. 2025. Disponível em: <https://rbi.org.in/Scripts/AnnualPublications.aspx?head=Handbook%20of%20Statistics%20on%20Indian%20Economy>.

Reserve Bank of India. *Handbook of Statistics on the Indian Economy 2024–25*, Mumbai: Reserve Bank of India, Table 29: “Index Numbers of Industrial Production – Use-Based Classification”. 2025b. Disponível em: <https://www.rbi.org.in/Scripts/PublicationsView.aspx?id=23203>.

Sainath, P. *Everybody Loves a Good Drought*, New Delhi: Penguin, 1996.

Testbook. “Fiscal Responsibility and Budget Management Act (FRBM), UPSC Notes”. *Testbook*, acesso em 26 nov. 2025. Disponível em: <https://testbook.com/ias-preparation/fiscal-responsibility-budget-management>.



Atribuição-NãoComercial 4.0  
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
*é uma instituição internacional, organizada por  
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual  
para o serviço das aspirações do povo.*

[www.otricontinental.org](http://www.otricontinental.org)

Instituto Tricontinental de Investigación Social  
*es una institución promovida por los movimientos,  
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de  
las aspiraciones del pueblo.*

[www.eltricontinental.org](http://www.eltricontinental.org)

Tricontinental: Institute for Social Research  
*is an international, movement-driven institution  
focused on stimulating intellectual debate that serves  
people's aspirations.*

[www.thetricontinental.org](http://www.thetricontinental.org)